

ÍNDICE GERAL

Nota Prévia	7
Abreviaturas	9
INTRODUÇÃO: O OBJECTO DA CONSULTA	11

CAPÍTULO I

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS E DOMÍNIO NO DIREITO DOS SEGUROS

§ 1 – O Controlo dos Detentores de Participações Qualificadas em Empresas de Seguros: Noção, Sentido e Regime Jurídico	17
I. <i>Os Artigos 43.º e Seguintes do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril</i>	17
1. Noções Gerais	18
1.1. O Sector Segurador e seu Controlo Público-Administrativo	18
1.2. O Controlo Prudencial da Estrutura Accionista das Empresas de Seguros	21
2. Regime Jurídico: Sentido e Conteúdo	22
2.1. A Apreciação Administrativa Prévia dos Projectos de Aquisição de Participações Qualificadas (art. 44.º)	23
2.2. Mecanismos Preventivos e Sancionatórios Complementares (arts. 43.º e 46.º)	25
II. <i>Equivalentes Funcionais no Direito Interno e Comparado</i>	26
1. O Controlo da Titularidade de Participações Sociais noutros Mercados Regulamentados	26
1.1. As «Participações Qualificadas» no Direito Bancário	26

1.2. As «Participações Qualificadas» no Direito do Mercado de Capitais	29
2. O Controlo da Titularidade de Participações Sociais noutros Ordenamentos Jurídicos	31
§ 2 – Os Conceitos Estruturantes do Regime Legal:	
Participação Qualificada e Domínio	32
I. <i>A Participação Qualificada</i>	32
1. Definição Legal	32
2. Modalidades Fundamentais	33
2.1. Participação Igual ou Superior a 10% de Capital ou Voto	34
2.2. Participação que Possibilite o Exercício de Influência Significativa na Gestão	35
3. Modalidades Instrumentais: Participações Directas e Indirectas	38
3.1. Sentido da Titularidade Indirecta	40
3.2. Tipos de Titularidade Indirecta	42
3.2.1. Participações Indirectas de Capital	42
3.2.2. Participações Indirectas de Voto	46
II. <i>O Domínio ou Controlo</i>	48
1. Definição Legal	48
2. O Conceito de Domínio	48
2.1. O Domínio no CSC: A Noção Central de «Influência Dominante»	48
2.2. O Domínio noutros Sectores Juscomercialistas	52
2.3. O Domínio no Direito dos Seguros	53
3. A Participação Minoritária como Instrumento de Domínio	56
3.1. Participação Minoritária e Domínio: Conspecto Geral	58
3.1.1. A Relevância das Participações Minoritárias	59
3.1.2. Circunstancialismos Concomitantes	60
3.2. Participação Minoritária e Domínio: O Caso Particular dos Acordos Parassociais	62
3.2.1. Consagração no Direito Português e Comparado	63
3.2.2. Pressupostos de Relevância	65
3.2.3. Os Acordos Parassociais de Coordenação	70
4. O Domínio Horizontal ou Conjunto	74
4.1. Noção Geral e Sentido	75
4.2. Pressupostos de Relevância	78
4.2.1. Situações Excluídas	78
4.2.2. Situações Relevantes	80

CAPÍTULO II

PARTICIPAÇÕES E DOMÍNIO INTERSOCIETÁRIOS
NO GRUPO ANTÓNIO CHAMPALIMAUD

§ 1 – O Controlo da Cúpula do Grupo: do Domínio Exclusivo ao Domínio Conjunto	88
I. <i>O Problema</i>	88
II. <i>A Coordenação Parassocial do Exercício do Direito de Voto</i>	90
1. Ao Nível dos Órgãos Deliberativos	91
2. Ao Nível dos Órgãos de Administração	93
3. Ao Nível dos Órgãos de Fiscalização	96
III. <i>Garantias Acessórias da Coordenação Parassocial</i>	96
1. A Convenção de Bloqueio	97
2. A Convenção de Impasse	99
3. A Convenção de Incumprimento	101
§ 2 – A Contitularidade da Participação Qualificada na «Mundial-Confiança, S. A.»	105
I. <i>O Problema</i>	105
II. <i>A Coordenação Parassocial no Seio da «Mundial-Confiança, S.A.»</i>	108
1. Ao Nível dos Órgãos Deliberativos	108
2. Ao Nível dos Órgãos de Administração	109
2.1. O «Modelo Geral» da Cláusula 2.3.4	110
2.2. O «Modelo Especial» da Cláusula 2.3.12	111
2.2.1. «Modelo Geral» versus «Modelo Especial»	111
2.2.2. O «Modelo Especial» em Perspectiva	112
III. <i>A Suspensão da Eficácia Parassocial</i>	119
1. O Projecto de Aquisição como Pressuposto do Art. 43.º	120
2. Suspensão Parassocial e Aquisição Efectiva de Participação Quali- ficada	122

CAPÍTULO III

CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA CONTITULARIDADE
DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

§ 1 – A Inibição do Exercício dos Direitos de Voto	126
I. <i>Pressupostos da sua Aplicação</i>	126
1. Pressupostos Específicos	127
1.1. O Incumprimento do Dever de Comunicação Prévia	127
1.1.1. Comunicação Válida	127
1.1.2. Comunicação Tempestiva	129
1.2. A Aquisição Prévia à Pronúncia Administrativa	131
1.3. A Aquisição Administrativa ao Projecto de Aquisição	132
2. Pressuposto Geral: a Titularidade de Participação Qualificada	133
2.1. Pressuposto Geral «versus» Pressupostos Específicos	133
2.2. Projecto de Aquisição, Aquisição Efectiva, Suspensão Parassocial	134
II. <i>Consequências: Regime Jurídico do Efeito Inibitório</i>	138
1. A Inibição do Exercício dos Direitos de Voto: Natureza e Sentido	139
2. A Inibição do Exercício dos Direitos de Voto (cont.): Objecto e Âmbito	141
2.1. Os Limiares Quantitativos do Art. 46.º, n.º 1	142
2.2. Efeito Inibitório e Contitularidade de Participação Qualificada	143
2.2.1. Soluções Possíveis	144
2.2.2. Solução Adoptada	147
3. A Inibição do Exercício dos Direitos de Voto (conc.): Sua Inobservância	148
§ 2 – Outras Consequências Jurídicas	150
I. <i>Efeitos Jurídicos Penais e Contra-Ordenacionais</i>	150
II. <i>Efeitos Jurídico-Societários</i>	152
III. <i>Outros Efeitos</i>	152
CONCLUSÕES	153
Bibliografia	161
Índice Geral	171